



Pastoral Pública: a possibilidade de uma práxis a partir da Teologia Pública

Public Pastoral – the possibility of a practice from the Public Theology

Por Alonso Gonçalves

Bacharel em Teologia (FAETESP)

Licenciado em Filosofia (FAEME)

Pastor da Igreja Batista Memorial em Iporanga/SP

Professor no Ensino Público de Filosofia

alonso3134@hotmail.com

Resumo

A Teologia Pública está sendo discutida no Brasil há pouco tempo. Embora tenha se originado nos Estados Unidos, como discurso e *práxis* se deu de forma visível na África do Sul. No Brasil, a Teologia Pública tem algumas peculiaridades e dificuldades. A sua peculiaridade se dá devido à Teologia da Libertação ter as mesmas propostas dialogais e mediações sociais; a dificuldade, para o que se propõe a Teologia Pública, é quanto à confessionalidade e a pluralidade religiosa que se torna um fator de impedimento quando se trata de discurso homogêneo para a sociedade brasileira e latino-americana de um modo geral. Este texto compõe parte de uma reflexão que tem como pano de fundo a Teologia Pública, mas quer procurar outro viés para dialogar com a cultura e a pós-modernidade. Esse viés seria a Pastoral em sua dimensão pública.

Palavras-chave

Teologia Pública. Pastoral. Cidade. Igreja.

Abstract

Public theology is being discussed in Brazil recently. Although it originated in the United States, as discourse and *practice* took place visibly in South Africa Public Theology in Brazil has some peculiarities and difficulties. Its peculiarity is due to liberation theology have the same proposals dialogic and social mediations, the difficulty to what is proposed Public theology is about the denominational and religious plurality which becomes a deterrent factor when it comes to speech homogeneous for the Brazilian society and Latin American in general. This paper comprises part of a debate that has as its background the Public Theology, but want to look for another perspective to dialogue with the culture and postmodernism. This bias would be the Pastoral in its public dimension.

Keywords

Public Theology. Pastoral. City. Church.

Introdução

No universo acadêmico brasileiro, Teologia Pública é uma discussão recente, embora a terminologia não seja. É comum entre os pesquisadores atribuir o termo ao teólogo luterano estadunidense Martin E. Marty¹ quando este

escreve a um jornal de religião nos EUA em 1974 sobre Reinhold Niebuhr,² abordando o pensamento desse autor e a experiência religiosa na América do Norte.³ No Brasil, é algo que despertou o interesse

¹ Cf. CAVALCANTE, Ronaldo; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *Teologia Pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal, 2011. p. 13.

² Reinhold Niebuhr (1892-1971). Pastor e teólogo estadunidense; defensor da neo-ortodoxia.

³ Cf. KOOPMAN, Nico. Apontamentos sobre a Teologia Pública hoje. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 22, mai./ago. 2010, p. 38. Disponível em: <<http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp/article/view/29>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

há pouquíssimo tempo, daí a procura por textos que discuta o assunto. Nas palavras de Júlio Zabatiero, “fazer parte da Teologia Pública torna a pessoa que faz teologia em dia com a discussão”.⁴

De um modo geral, a religião sempre teve a sua presença no espaço público, embora vivamos em tempos pós-modernos, pós-metafísico e marcado pela secularização, a religião ainda continua sendo uma matriz cultural e uma força mobilizadora do ser humano. Sendo assim, a Teologia Pública tem espaço para se promover e se autoafirmar – essa é a leitura que alguns fazem desse novo ramo de discussão teológica.

A teologia, neste atual momento, foca-se na esfera pública buscando caminhos de interação com setores que até então eram demonizados como a questão econômica e a política partidária – principalmente no segmento do protestantismo de missão. É claro que toda teologia que busca sua inserção com a sociedade tem caráter público, mas nem todas abarcam metodologias e linguagens como quer ser a Teologia Pública.

O desafio traçado pela Teologia Pública, pelo menos aqui no Brasil, e mais especificamente no segmento do protestantismo de missão, é romper com barreiras confessionais – pois ela exige diálogo com outros segmentos sociais e teológicos – e barreiras eclesiais, uma vez que a natureza da eclesiologia protestante brasileira é de gueto como bem pontua Ronaldo Cavalcante.⁵

Antes de abordar o tema da Teologia Pública, é preciso deixar bem claro que o conceito de **teologia** aqui é tomado como um *discurso que se constrói a partir da fé em Deus e estabelece uma relação com o contexto em que determinada comunidade cristã ou pensamento teológico se encontra*. Quanto à compreensão do que é **público**, tomo os esclarecimentos de Jürgen Habermas⁶ quando este coloca que a esfera

pública é uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, tendo como componente imprescindível o agir comunicativo.⁷

Propostas de diálogo: teologia e sociedade

Nessa tentativa de dialogar – ou mudar seus valores – com a sociedade, a teologia em alguns momentos apresentou suas mediações, quer sejam elas de abertura para o diálogo ou de fechamento com um discurso hermético. Um exemplo disso é a concepção milenarista conhecida como *pós-milenismo*, que adota uma hermenêutica sobre o milênio com uma leitura de mundo a partir do Reino de Deus e sua implantação tendo como agente decisivo a igreja. Nesse sentido, compreende-se que o evangelho será pregado a todas as nações e as pessoas se converterão a Cristo e somente assim o mundo será transformado.⁸ É uma interpretação que descola a responsabilidade pela sociedade, outrora dada apenas para Deus, para a igreja, ou seja, ela deve cuidar para que a sociedade seja melhorada. O contrário disso é o *pré-milenismo*, uma interpretação do Reino de Deus e da escatologia em que a igreja aguarda a volta triunfante de Jesus e o fim de toda forma de mal.

No continente latino-americano, com uma extrema necessidade de ler os “sinais dos tempos”, surgiu a *Missão Integral*. O seu marco embrionário para um pensamento integral, ser humano e sociedade, deu-se no *Pacto de Lausanne*.⁹ Foi um avanço para a eclesiologia protestante na América Latina, contribuindo para uma reflexão de que a igreja está aí para fomentar os valores do Reino de Deus. A Missão Integral tomou impulso a partir de *Lausanne* onde alguns autores e teólogos, como René Padilla, Orlando Costas, Samuel Escobar, dentre outros aqui no Brasil – principalmente o bispo anglicano Robinson Cavalcanti – refletiram e

⁴ ZABATIERO, Júlio. *Para uma Teologia Pública*. São Paulo: Fonte Editorial, 2011. p. 07.

⁵ Cf. CAVALCANTE, Ronaldo. *A cidade e o gueto: introdução a uma Teologia Pública Protestante e o desafio do neofundamentalismo evangélico no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

⁶ Filósofo alemão (1929-) pertencente à chamada “segunda geração” da Escola de Frankfurt. Uma das suas pesquisas mais importantes se dá na *Teoria da ação comunicativa*.

⁷ Cf. ZABATIERO, 2011, p. 08.

⁸ Cf. ERICKSON, Millard J. *Opções contemporâneas na escatologia: um estudo do milênio*. São Paulo: Vida Nova, 1982. p. 47-61.

⁹ “Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo o tipo de opressão.” *Pacto de Lausanne*, 1974.

assumiram a responsabilidade por uma missão integradora, igreja e sociedade. Ainda é uma reflexão em pleno desenvolvimento, principalmente no Brasil que ainda lê teologia a partir da perspectiva norte-americana e que ainda não soube apreciar a reflexão teológica latino-americana.

Outra postura de dialogar e influenciar a sociedade se deu com a *Teologia da Libertação*. Protestantes e católicos, na tentativa de contribuir com um continente subjugado por todas as formas de opressão, querem uma igreja com um engajamento social definido, claro e refletido. A Teologia da Libertação contou com um acervo metodológico e teológico extremamente eficiente e até hoje colhemos os frutos de uma reflexão amadurecida. No seu discurso teológico, há elementos suficientes para levar a igreja à ação, a fim de “libertar” a sociedade da atual realidade.¹⁰ Tarefa que encontrou resistência tanto em ambiente protestante, como no caso de Rubem Alves, quanto em ambiente católico, sendo Leonardo Boff sentenciando pelo Vaticano por conta de seu texto *Igreja: carisma e poder*. A acusação da Congregação para a Doutrina da Fé acusou a Teologia da Libertação de associação ao marxismo como mediação hermenêutica.

Da Teologia Política à Teologia Pública: a busca por uma nova mediação

Indubitavelmente, a *Teologia Pública*, principalmente com Jürgen Moltmann, absorveu as concepções em que a Teologia da Libertação trilhou. Embora a Teologia da Libertação tenha seu *status* metodológico originário da reflexão teológica europeia – principalmente com Gustavo Gutiérrez e seu principal texto¹¹ – a Teologia da Libertação é vista no continente europeu como uma *práxis* libertadora¹² e, ao mesmo tempo, de sobrevivência, não na dialética opressores e oprimidos, mas na preservação da vida. Lá ela não teria esse nome,

Teologia da Libertação, mas sim Teologia Pública, sendo sua primeira tentativa a formulação de uma *Teologia Política*.

A Teologia Pública tem uma relação muito peculiar com a Teologia Política na Europa. Na verdade, elas chegam, em alguns autores, a se fundirem mesmo. Conforme Rosino Gibellini,¹³ um dos principais expoentes da Teologia Política é o teólogo católico alemão Johann Baptist Metz. Uma das abordagens de Metz é desenvolver implicações públicas e sociais para a mensagem cristã. É a necessidade de tornar o cristianismo socialmente eficaz, a fim de transformar as consciências e eliminar a linguagem intimista de Deus, tornando-a **pública**.

A Teologia Política tem como meta “*entrar no campo da história e [além disso,] concebe a teologia como saber prático que não se indaga só sobre o sentido da vida e da história, mas quer fazer experiência prática do sentido em meio à vida histórica*”.¹⁴ Com Moltmann, a Teologia Política tem como eixo hermenêutico pelo menos quatro prerrogativas, segundo Edmund Arens: (1) uma crítica teológica da religião política (voltada mais para o seu país); (2) uma hermenêutica política do evangelho e da história; (3) a preocupação em combater a exploração econômica a partir de uma ética política; (4) trabalhar em parceria com a Teologia da Libertação e demais teologias libertárias para uma *práxis* relevante.¹⁵

Conforme Arens, esta é a noção de *Teologia Pública* em Moltmann. Esses conceitos aparecerão no seu texto *Deus no projeto de um mundo moderno: contribuição para uma relevância pública da teologia*.¹⁶ Nesse texto, o teólogo alemão concebe uma Teologia Pública em que o discurso sobre Deus ganha uma dimensão pública, não mais uma leitura meramente eclesiológica.

¹⁰ Cf. GALILEA, Segundo. *Teologia da Libertação: ensaio de síntese*. São Paulo: Paulus, 1978. p. 27.

¹¹ Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

¹² Cf. MOLTSMANN, Jürgen. *Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. p. 184.

¹³ Cf. GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 301-321.

¹⁴ GIBELLINI, Rosino (Ed.). *Perspectivas teológicas para o século XXI*. Aparecida: Santuário, 2005. p. 14.

¹⁵ Cf. ARENS, Edmund. Novos desenvolvimentos da Teologia Política. In: GIBELLINI, Rosino (Ed.). *Perspectivas teológicas para o século XXI*. Aparecida: Santuário, 2005. p. 67-83.

¹⁶ Cf. MOLTSMANN, Jürgen. *Dio nel progetto del mondo moderno: contributi per una rilevanza pubblica della teologia*. Brescia: Queriniana, 1999.

A Teologia Pública pretende definir a atuação da igreja na sociedade civil, procurando ampliar sua ação em realidades públicas.¹⁷ A Teologia Política é sua base epistemológica, traçando respectivos eixos hermenêuticos. A Teologia Pública é a *práxis* da reflexão teórica da Teologia Política. A dimensão pública da fé cristã é uma necessidade, no entender de Moltmann, porque para ele “*não existe identidade cristã que não tenha relevância pública*”.¹⁸

Ainda sobre essa fusão Teologia Política ou Pública, Clovis Castro é da opinião de que a Teologia Política pode ser enquadrada no contexto das teologias da *práxis*, assim como a Teologia da Libertação.¹⁹ O espectro comum de ambas, segundo ele, é o relacionamento da mensagem cristã com o contexto social, político e cultural. A teologia passa do eixo especulativo para o político, apontando para uma dimensão pública da igreja e sua contribuição para a cidade e a sociedade.

Teologia Pública como discurso e práxis: seus possíveis fundamentos

A Teologia Pública tem seus expoentes em diferentes lugares como nos EUA (onde há um aprofundamento do tema, principalmente por teólogos católicos), na Europa e, com grande vulto, na África do Sul. Em cada momento ou continente ela se serve de certos mecanismos para construir a sua linguagem e se afirmar epistemologicamente em um universo marcado pelo secularismo e pela busca de novas interpretações da história.

Nico Koopman, teólogo sul-africano, no seu texto *Apontamentos sobre a Teologia Pública hoje*, faz uma análise panorâmica da Teologia Pública a partir da diversidade de autores e teólogos em busca de pontos que possam servir de mediações para a construção de um discurso e a possibilidade de uma *práxis*.

A Teologia Pública ganha uma dimensão particular a partir da década de 1970. Em um

primeiro momento, a ideia é articular teologia com questões que afetam as pessoas como um todo, sendo acessível para todos em uma esfera pública. Para tanto, o diálogo deve ser feito com outros segmentos do conhecimento a fim de buscar pontos convergentes de diálogo e aproximação com a sociedade. Neste entendimento, essa relação se justifica porque se a teologia quer contribuir ela precisa ir além da confissão, e se engajar em uma discussão que tenha como pauta a ética social, a justiça social, os direitos humanos, a democracia, a política e a economia. Esse é o prospecto para uma Teologia Pública. Uma maneira de falar de Deus e sua vontade (Reino de Deus) que seja condizente e intelectualmente possível no emaranhado de ideias, conceitos e comportamentos da atual conjuntura global. Esse é o seu desafio. As palavras que envolvem essa busca são: convergir, dialogar, adequar-se.

A maior dificuldade de se formular uma teologia que seja pública é a característica principal da teologia, ou seja, a sua dependência de confissões de fé e a sua abordagem estritamente eclesial, no sentido de produzir teologia para dentro da comunidade de fé e nunca, com raras exceções, para fora. Pensar teologia fora dos muros institucionais é um caminho difícil, pois é senso comum de que teologia é para os cristãos e não para a sociedade, um equívoco que está longe de ser superado em alguns segmentos do cristianismo. Esta barreira vem antes de qualquer coisa ou tentativa, porque o processo de maturação de uma Teologia Pública, pelo menos no Brasil, passa pela comunidade de fé²⁰ que carrega em seu imaginário religioso uma formação teológica e eclesial de gueto.²¹ Neste sentido, a Teologia Pública tem uma agenda abrangente e desafiadora. Daí a concepção de que ela não pode articular um discurso para fora sendo que sua maior dificuldade seja a sua capacidade de ser absorvida pela linguagem teológica vigente e pela comunidade que sofre

¹⁷ Cf. ARENS, 2005, p. 79.

¹⁸ MOLTSMANN *apud* GIBELLINI, 2005, p. 16.

¹⁹ Cf. CASTRO, Clovis Pinto de. *Por uma fé cidadã: a dimensão pública da igreja: fundamentos para uma pastoral da cidadania*. São Bernardo do Campo: Umesp; São Paulo: Loyola, 2000. p. 84.

²⁰ É claro que o ambiente que se discute Teologia Pública é a academia. Como tudo que é novidade, as comunidades são as últimas a tomar conhecimento e refletir sobre novas propostas teológicas.

²¹ Essa é a reflexão de Ronaldo Cavalcante no seu texto já citado.

ainda com uma visão míope e reducionista da realidade.

A Teologia Pública procura o seu lugar. Diferentemente da Teologia da Libertação que já conheceu o seu auge e está experimentando novas formulações,²² enquanto uma – Teologia da Libertação – promove um processo de questionamento, a outra – Teologia Pública – busca o cooperativismo, o diálogo não frontal, mas sim a parceria na construção da sociedade. É claro que aqui se corre o risco de ser taxada de conivente com os desmandos sociais e na ânsia por contribuir, esquece-se de ser voz denunciante e profética, atitude característica da Teologia da Libertação. A convergência é extremamente significativa aqui.

O espaço público da Teologia Pública

A construção da linguagem da Teologia Pública é tomada a partir de algumas noções do que seja o espaço público para que ela seja interlocutora. Neste sentido, tomo aqui a definição do que seja esfera pública trabalhada por Jürgen Habermas, filósofo bem conhecido no ambiente acadêmico brasileiro, quando este define o que seja o público²³ em pelo menos quatro setores: 1) o governo, o serviço civil, o judiciário, o parlamento ou congresso, os partidos políticos, as eleições; 2) associações de negócios, sindicatos, organizações privadas; 3) associação voluntária, igrejas, movimentos sociais de interesse público; 4) a opinião pública, que forma e discute ideias com o uso da mídia, interpretando e identificando situações e problemas sociais de interesse público. Esses setores são os grandes macro-eixos da sociedade civil e sua esfera pública.

Para ser o que se propõe, a Teologia Pública necessita construir um discurso²⁴ que seja: 1)

inclusivo, ou seja, abarcar em seu modo de pensar diferentes confissões de fé e crença a fim de tratar de um bem comum, daí a imprescindível dimensão ecumênica; 2) participação com diversos setores sociais que interagem direta ou indiretamente com a sociedade quer seja no âmbito partidário político ou mesmo agremiações de movimentos sociais; 3) construtividade, a partir das diferentes perspectivas sociais; 4) linguagem acessível, sem cair no modo codificado de ler e entender a teologia; 5) competência hermenêutica, sendo possível uma articulação com outras ideias e conceitos e ao mesmo tempo marcar posição. Neste sentido, a Teologia Pública tende a ser abrangente quanto ao discurso e interação, por esta razão pode não dar conta do que se propõe. Mas suas articulações seriam no âmbito da política – envolvida no processo de formação, avaliação de leis, além de fiscalizar o poder público quanto aos seus gastos, contribuindo para a formação crítica dos cidadãos em parceria com outros saberes como sociologia, filosofia; da economia – a partir da promoção da justiça social, do combate à pobreza, da avaliação das estruturas econômicas responsáveis pelos desníveis sociais e econômicos do país; da sociedade civil – com sua manifestação comunitária como escolas, instituições, igrejas e mídia.

Ainda sobre o seu campo de atuação, a Teologia Pública tem no teólogo David Tracy²⁵ a formulação de três públicos como espaço para uma Teologia Pública. São eles a sociedade, a academia e a igreja.²⁶ Encarando a pluralidade de manifestações culturais, o teólogo precisa abrir um diálogo com esses três públicos a fim de ser relevante no atual contexto. A Teologia Pública se daria a partir disso, um olhar atento para outras realidades, desvencilhando um pouco da teologia apenas para a igreja. Na sociedade, onde se concentra diferentes vozes que contribuem para o *ethos* de sociedade, sendo esse *ethos* hoje dominado pela globalização e a tecnologia – tendo esta última a proeminência – a Teologia Pública seria mais uma voz na sociedade,

²² É uma discussão levantada hoje sobre as novas ou não possibilidades da Teologia da Libertação. Nesta discussão acredito que a Teologia Pública seria mais uma ferramenta mediadora para a Teologia da Libertação. Sobre isso cf. RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *A Teologia da Libertação morreu? Reino de Deus e espiritualidade hoje*. São Paulo: Fonte Editorial; Aparecida: Santuário, 2010.

²³ Cf. KOOPMAN, 2010, p. 42, nota 16.

²⁴ Cf. KOOPMAN, 2010, p. 43.

²⁵ Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma; professor de Teologia Contemporânea e Filosofia da Religião na *University of Chicago Divinity School* nos EUA.

²⁶ Cf. TRACY, David. *A imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. p. 19-72.

principalmente no âmbito político. Quanto à academia, a Teologia Pública teria o seu espaço, a exemplo de países europeus onde a Teologia tem a sua especificidade no processo de maturação do ser humano, ela deixaria de ser estritamente confessional e faria um processo de inserção na sociedade secularizada. A proposta é fazer com que a universidade seja influenciada por uma leitura teológica da realidade. A tentativa é dotar a teologia do mesmo *status* sociopolítico de outras disciplinas e saberes. Na igreja, como um segmento social, um grupo de pessoas que tem na fé a sua razão de ser, a Teologia Pública teria a função de fornecer meios para que a comunidade tivesse uma maior participação na sociedade, renovando, instruindo e ampliando horizontes para além da confessionalidade e dos problemas corriqueiros de uma comunidade religiosa. Esses seriam os campos de atuação da Teologia Pública, de acordo com Tracy. Em excelente artigo, Eneida Jacobsen elenca uma série de *modelos* de Teologia Pública, não apenas esse que Tracy analisa.²⁷

Experiências de Teologias Públicas

Uma experiência de Teologia Pública se dá na África do Sul. Conforme os apontamentos de Koopman, o *apartheid* foi uma força devastadora que todos conhecem a história. Homens como Nelson Mandela e Desmond Tutu foram verdadeiros promotores de uma Teologia Pública quando coadunaram diversos problemas da sociedade sul-africana com a linguagem teológica em busca de um bem comum. A relação com a Teologia Pública foi no sentido de convergência com o Estado na luta por melhorias para o país. Com a realidade do *apartheid*, as igrejas sul-africanas tiveram um comprometimento maior com a sociedade e decidiram fazer política com teologia. Depois da queda do regime segregacionista, a Teologia Pública buscou interagir com o Estado para a formação de uma sociedade livre, democrática e economicamente inclusiva.

Nos EUA, a Teologia Pública ganha *status* devido ao ambiente religioso propício no país. A liberdade religiosa, por conta da secularização política, tornou o país conhecido como “uma nação com alma de igreja”.²⁸ Com a compreensão de “religião civil”, os EUA souberam lidar com política e religião – embora sendo ainda a religião fator preponderante de influência sobre a política. Na academia, as universidades mais conhecidas mantêm cursos de teologia como Harvard, Columbia, Yale e Chicago. Por conta dessa pluralidade religiosa, os currículos são ecumênicos e as discussões são travadas com a sociedade, por isso a crescente popularização de associações religiosas de cunho acadêmico, jornais de religião de ampla circulação, congressos e simpósios.

Já na Europa, a Teologia Pública se dá em uma estreita relação com a Teologia Política, como colocado anteriormente, sendo patrocinada por autores como Metz e Moltmann. Este último, por exemplo, tem múltiplos olhares, tendo no seu esboço teológico temas como universidade, ecologia e sociedade. No continente europeu, há uma busca pela relevância da teologia na sociedade. Por lá, a Teologia Pública pretende definir a atuação da igreja na sociedade civil, procurando ampliar sua ação em realidades públicas, uma vez que o seu currículo já se encontra nas principais universidades. A dimensão pública da fé cristã é uma necessidade no entender de Moltmann.

Teologia Pública no Brasil e seus possíveis caminhos

Como o objetivo do texto é panorâmico, não cabendo aqui nenhuma análise mais crítica, mas apenas tecendo algumas considerações e constatações, mediando, se possível, outros caminhos, resta pensar na Teologia Pública na América Latina, e, mais especificamente, no Brasil.

O tema ainda está em ebulição por aqui, mas há reflexões perspicazes sobre o assunto. O

²⁷ Cf. JACOBSEN, Eneida. Modelos de Teologia Pública. In: CAVALCANTE, Ronaldo; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *Teologia Pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal, 2011. p. 53-70.

²⁸ Cf. RIBEIRO JR., Jorge Cláudio. Deus na terra do dólar: os estudos teológicos nos EUA. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Orgs.). *Teologia Pública: reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 172-192.

principal fórum de debates está no Rio Grande do Sul com o *Instituto Humanitas Unisinos* (católico), e que publica periódicos que leva o nome de **Teologia Pública** além de traduzir livros sobre o tema, e a Escola Superior de Teologia (EST) (protestante).

Teologia Pública, no caso brasileiro, tem algumas dificuldades inerentes ao contexto a princípio com o próprio *status* de **teologia**, uma vez que o conceito é tão fragmentado e facilmente confundido com doutrinas e dogmas. Além disso, a formação teológica é restrita às confissões, seja ela católica ou protestante, sendo assim, a tarefa teológica é reduzida aos seminários e faculdades que formam seus clérigos. Por outro lado, a teologia é um discurso voltado para a igreja e não, propriamente, para a sociedade. É tão real isso, que nos currículos de faculdades e seminários confessionais (com exceções é claro) não há disciplinas sobre a Cultura Brasileira e a formação do povo brasileiro. No caso protestante, essa questão é ainda mais agravante porque se opera um distanciamento com a cultura devido à ênfase demasiada na “regeneração” e na “santificação” do indivíduo, tornando o comportamento a chave hermenêutica para dizer se o convertido tem fé ou não em Cristo. As consequências disso são a completa omissão para com a cultura popular, para com a política nos seus diversos setores da sociedade. E quando se pensa para fora dos muros, há outro problema. A ação missionária é vista como um avanço de território fazendo uso de uma linguagem militar, onde sinônimo de Reino de Deus é templos sendo abertos. Nesse caso, a Teologia Pública teria um penoso caminho de reconhecimento aliado ao processo de maturação dentro das confissões, uma vez que se tornaria impossível fazer Teologia Pública sem confessionalidade. Ocorre que a confessionalidade protestante necessita passar por um processo de descolonização teológica pelo fato de haver um consumo excessivo de literatura teológica estrangeira, principalmente estadunidense.

Tendo como fator preponderante de que o universo religioso brasileiro, e latino-americano em geral, é um amálgama, onde há diversidade de confissões, liturgias, doutrinas e igrejas. Neste

sentido, as palavras de Luiz Carlos Susin são importantes quanto ao pano de fundo de onde a Teologia Pública poderia surgir:

Nesse estado de coisas, cresce e se fortalece, em diferentes lugares e com diferentes acentos, uma “Teologia Pública”, não restrita ao âmbito da clareza das identidades e pertencas religiosas, mas à sua responsabilidade em sociedades plurais. Portanto, uma teologia que se abre para fora das paredes das Igrejas e das confissões, para se encontrar em praça pública com outras teologias e outros saberes, em vista de uma sociedade pluralista. A “Teologia Pública”, no entanto, não é um voo por cima das pertencas e das confissões, pois deixaria de ser teologia. Nem é uma perda de identidade confessional – só se pode elaborar teologia da própria confissão, não de confissão alheia, o que explica os diferentes níveis de pluralismo teológico – mas é abertura responsável e dialogal exatamente num mundo globalizado e não homogêneo.²⁹

No Brasil, a Teologia Pública está sendo refletida no ambiente acadêmico. A questão levantada é quanto ao *status* epistemológico da Teologia em relação a outras disciplinas do saber humano. Quanto a isso, Roque Junges sintetiza muito bem qual é o seu campo de atuação em relação à universidade:

Teologia Pública seria a presença da fé cristã, dentro da universidade, em dois sentidos. Por um lado, uma teologia que se deixe questionar pelos desafios da ciência, pois a universidade é o lugar por excelência para deixar-se questionar por esses desafios, como, por exemplo, os lançados pela biologia, pela genética etc. Para discutir essas questões, ela necessita de liberdade acadêmica. Não pode simplesmente repetir o que sempre foi dito, mas tentar novas compreensões e interpretações. É claro que ela precisa seguir o estatuto epistemológico próprio da teologia, tendo como ponto de partida a revelação e a tradição, mas com uma abertura para repensar esses dados na resposta aos desafios atuais.

²⁹ SUSIN, Luiz Carlos. O estatuto epistemológico da teologia como ciência da fé e a sua responsabilidade pública no âmbito das ciências e da sociedade pluralista. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 36, n. 153, set. 2006, p. 561. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/1748/1281>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Um segundo sentido dessa presença da teologia pública é que ela seja uma presença crítica. Uma visão humanista que enfrente criticamente os pressupostos do paradigma da modernidade presente na ciência e na sociedade. Portanto, a teologia pública, por um lado, deixa-se desafiar pelas ciências atuais e, por outro, também desafia criticamente as ciências em seus pressupostos. A teologia, nesse sentido, é pública por querer marcar presença no espaço público; em outro sentido, ela é eclesial por ser realizada no espaço da Igreja.³⁰

A discussão quanto à inserção da Teologia Pública no debate social está caminhando para uma Teologia da Cidadania, uma vez que o tema da cidadania está sendo proeminente nos meios de comunicação e no debate social.

Quem se dedica a esta tarefa, Teologia Pública como uma Teologia da Cidadania, é o teólogo luterano Rudolf von Sinner. Sinner analisa a Teologia da Libertação e suas possíveis mudanças em questões metodológicas e as possibilidades de novas leituras a partir de conjunturas sociais e globais. Sinner aponta para o surgimento de uma Teologia da Cidadania a partir da contribuição para a construção de uma cidadania pelos meios democráticos, políticos e de direito em parceria com o Estado e suas políticas públicas. Como a Teologia da Libertação é uma matriz teológica no nosso continente, a ideia é se apropriar de sua metodologia e linguagem a fim de construir um segmento teológico coeso e de credibilidade.

Para que a Teologia Pública ganhe espaço a partir da concepção da cidadania, Sinner alerta de que deve haver uma profunda reflexão sobre o papel das diferentes manifestações religiosas no país, pois no seu entender há sérias divergências entre igreja e sociedade:

Igrejas que olham quase que exclusivamente para o além e esquecem o aqui e o agora, outras que se exercitam em introspecção, e outras que querem usurpar o espaço público,

num claro projeto de hegemonia. No caso das primeiras, é preciso encorajá-las para darem sua contribuição com firmeza e convicção, sem vergonha, mas também de forma qualificada. No caso das últimas, é preciso instigar restrição e autocrítica, pois ainda que a motivação da atuação das igrejas no espaço público seja religiosa, seu objetivo não pode ser corporativista, no interesse apenas da própria instituição, mas é preciso buscar o bem comum.³¹

Sinner observa algumas prospectivas quanto à atuação da Teologia Pública com perspectiva cidadã. Começando por abordar questões da sociedade contemporânea, seus dilemas e temas relevantes além de participar das discussões e debates que envolvem a opinião pública efetivamente. Um teólogo brasileiro que corresponde com essas características, no meu entender, é Leonardo Boff. Nas suas participações em eventos com a sociedade civil organizada ele é identificado como *teólogo*.

Para alguns, a tarefa da Teologia Pública é se autoafirmar como disciplina na universidade, tornando o discurso teológico palpável e atraente, sendo possível sua discussão em alto nível. Outra maneira de tornar a Teologia Pública parte da sociedade é a capacidade de comunicação em diferentes ambientes como a política, o setor econômico, o científico e o religioso com sua diversidade constatada. É claro que este espaço será paulatinamente adquirido, mas como o próprio Sinner observa, o maior desafio está na comunicação dos diferentes modos de ser cristão no Brasil entre as igrejas católica, protestante, pentecostal e neopentecostal. Além desse desafio, resta ainda outro, a barreira da confessionalidade. Superando este processo, é possível que a Teologia Pública desenvolva uma Teologia da Cidadania na esfera pública contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e da democracia.³²

³⁰ Cadernos *Instituto Humanitas Unisinos* em formação – Teologia Pública. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano 2, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1158327607.61pdf.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

³¹ Cf. SINNER, von Rudolf. Da Teologia da Libertação para uma Teologia da Cidadania como Teologia Pública. Disponível em: <<http://www.wftl.org/pdf/018.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

³² Cf. ZABATIERO, 2011, p. 55.

Por uma Pastoral Pública

Embora a *cidadania* seja um viés importante de reflexão como Teologia Pública, pergunto se não haveria outra possibilidade. Considerando que a sociedade brasileira abriga um imaginário religioso diversificado e ao mesmo tempo ignora a religião, que é parte integrante dela, nas universidades públicas, seria possível a reflexão em torno da *cidadania* poderia coadunar-se com outra perspectiva, uma Pastoral Pública. Além da questão democrática (em relação à cidadania), uma Pastoral Pública seria um viés de reflexão e *práxis* tendo como cenário uma eixo marcado pela sua mutação e dinâmica – característica da *pós-modernidade* – que é a religiosidade, ou espiritualidade, sem comprometimento ou engajamento social ou de natureza cidadã por parte de seus integrantes, mais especificamente no âmbito protestante, uma vez que a igreja Católica desenvolve um trabalho pastoral de alcance público significativo no país. Religiões e igrejas existem com toda a sua pluralidade e, ao mesmo tempo, cada uma alegando a exclusividade, mas um olhar atento para o que seja comum é algo impensável neste cenário. Portanto, além da *cidadania*, que considero um tema imprescindível para uma Teologia Pública, penso que uma Pastoral Pública seja um caminho a percorrer, ou seja, um caminho que chame a igreja a assumir a sua condição de organizadora de sentido na sociedade a fim de contribuir e se fazer sentir com credibilidade e respeitabilidade tanto em seu discurso público quanto em sua *práxis*.

O locus de uma Pastoral Pública

A proposta de uma Pastoral Pública se dá em um cenário religioso e cultural que sofre mutações constantes. Algumas constatações são importantes.

Passamos por um momento de desconstrução de um “Deus” metafísico para uma religiosidade cada vez mais intimista. Enquanto alguns apontavam para o desmantelamento da religião como organizadora de sentido – e de fato isso aconteceu, mas não da maneira como alguns esperavam – outros continuaram dando a ela o crédito de ser mediadora, com algumas baixas, da existência humana.

A desconstrução de um Deus gestado a partir da metafísica começa a ser questionado com Friedrich Nietzsche com o seu famoso enunciado “Deus está morto”. A crítica de Nietzsche em seu texto *Assim falou Zaratustra* condenava exatamente um sistema religioso que não tinha mais nada a acrescentar às pessoas. A “morte de Deus” era a morte de um Deus metafísico. Esse processo não se encerrou e com a chamada *pós-modernidade* se delineou um novo modo de se pensar e viver religião onde os dogmas e as estruturas sofreram um processo de revisão. O conceito de Deus, e religião, produzido no Ocidente que tem como base a filosofia grega e a escolástica, não se torna mais possível em uma cultura onde a existência e o sentido das coisas são profundamente revistos pelos mestres da suspeita e seus sistemas de interpretação de sentido para a história como Karl Marx e Sigmund Freud.

Dentro dessa conjuntura, o filósofo italiano Gianni Vattimo³³ trabalha com este fenômeno, o desmantelamento da religião em seu sentido metafísico. O “Deus” metafísico da Idade Média proporcionava segurança, estabilidade. Vattimo procura desconstruir o “Deus” metafísico que norteou a cultura ocidental e apresentar novos rumos para o discurso sobre “Deus”. Isso é possível, porque para ele o retorno da religião é um fato tendo em vista que a ciência e a técnica não anularam o sentimento religioso no ser humano pós-moderno. Para ele, esse retorno se dá pelo fenômeno do esvaziamento de sentido, algo que a ciência não soube suprir. “Deus” deixa de ser estrutura para se tornar *evento*. O discurso metafísico sobre “Deus” passa a não existir como um fato factível e torna-se evento, um “Deus” eventual. “Deus” passa a ser não um fundamento imóvel, mas um vestígio, um traço.³⁴ O “Deus” metafísico desconstruído pela pós-modernidade e seus eixos, dá lugar agora a um pensamento que descobre os fragmentos do Sagrado por meio do

³³ Cf. VATTIMO, Gianni. *Depois da Cristandade*: por um cristianismo não religioso. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

³⁴ Cf. VATTIMO, Gianni. O vestígio do vestígio. In: DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni (Orgs.). *A religião*: o seminário de Capri. São Paulo: Estação Liberdade, 2000. p. 91-107.

vestígio. Não é mais um “Deus” visto como absoluto, eterno, imóvel (Aristóteles), sem princípio e nem fim.

Além dessa perspectiva apresentada pelo filósofo italiano, há também os fenômenos da *secularização* e a *globalização*. A religião se vê em um dilema: antes era possível uma religião burocrática, fixada em suas posições doutrinárias e dogmáticas, agora uma realidade de fraqueza e impotência em relação ao ser humano pós-moderno. A secularização relativiza a religião; o fim da metafísica leva a repensar a transcendência. Se antes a religião era centralizadora, hoje se faz desnecessária em um contexto de sociedades flutuantes e dinâmicas. Assim como religião não pertence mais a lugares específicos de produção simbólica, o conceito de Sagrado está ganhando outras proporções também. O indivíduo molda sua crença em torno da disponibilidade religiosa que encontra.

É preciso perceber que a satisfação de grande parte das necessidades espirituais das pessoas não depende da compreensão ou da inserção em grandes sistemas religiosos, como uma opção consciente e clara, que implicaria numa fidelidade duradoura. Grande parte das pessoas se contenta com fragmentos que fazem sentido para elas naquele momento, com partes desconexas, com imagens e rituais desacoplados, sem longas fundamentações teológicas e com memória histórica bastante curta. O que orienta a decisão às vezes é a lógica do custo-benefício, a satisfação subjetiva, a confirmação da instância interior.³⁵

Neste sentido, se antes religião significava códigos definidos, ritos, normas morais e discurso institucional, agora carrega em seu campo semântico a ideia de busca pela transcendência, o

ato de transcender, a busca pelo bem-estar espiritual.³⁶

Quando se propõe o tema da *pastoral* como mediação de uma Teologia Pública, assumem-se os riscos da delimitação do tema.³⁷ Considero a definição de João Batista Libânio eficiente: “pastoral é o *agir* da igreja no mundo”.³⁸

Esse *agir* carrega uma série de desafios e possibilidades. Em um primeiro momento, é preciso fomentar uma *pastoral ad intra* na comunidade de fé levando-a a tomar conhecimento de sua condição pública de promotora da fé, viabilizadora da graça e continuadora dos valores do Reino de Deus. Essa tarefa não seria fácil, uma vez que as barreiras do fundamentalismo e da condição de ser gueto de “santos” são, em alguns casos, difíceis de trabalhar e superar, mas não impossíveis. Depois desse passo, o *agir* se daria *ad extra*. É a tentativa de se colocar em lugar comum o discurso *pastoral*, mas não de uma maneira a não ser assimilado, pelo contrário com uma proposta de espiritualidade integral ao ser humano frente às forças ideológicas e econômicas que imperam na sociedade de maneira segregacionista e discriminatória.³⁹

A *pastoral pública* – a *ação* da igreja (que por si só já é *pública*) na esfera pública – teria um olhar para a realidade social e religiosa da cidade; uma *pastoral* de solidariedade independentemente de credo ou confissão – daí a necessidade ecumênica de engajamento entre as confissões; uma *pastoral* de integração da pessoa e seu ambiente vivencial.

³⁵ MOREIRA, Alberto da Silva. Religiosidade laica: uma introdução ao pensamento de Marià Corbí. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, out./dez. 2010, p. 40. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2010v8n19p21>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

³⁶ Cf. MAGALHÃES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. *Expressões do Sagrado*: reflexões sobre o fenômeno religioso. Aparecida: Santuário, 2008.

³⁷ Cf. KIVITZ, Ed René. A teologia prática: modernidade e urbanidade. In: SILVA, Geoval Jacinto da (Org.). *Itinerário para uma pastoral urbana*: ação do povo de Deus na cidade. São Bernardo do Campo: Editeo/Umesp, 2008. p. 39.

³⁸ LIBÂNIO, João Batista. *O que é pastoral*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 11.

³⁹ Cf. MO SUNG, Jung. A presença pública da igreja no espaço urbano. In: CASTRO, Clovis Pinto; CUNHA, Magali do Nascimento; LOPES, Nicanor (Orgs.). *Pastoral urbana*: presença pública da igreja em áreas urbanas. São Bernardo do Campo: Editeo/IEPG/Umesp, 2006. p. 29.

Considerações finais

Essas considerações podem ser ampliadas e aprofundadas principalmente em relação a um modelo(s) de *práxis* para uma pastoral pública. Neste sentido, os autores João Batista Libânio e José Comblin (ambos tem extensa bibliografia sobre o tema igreja e cidade) podem contribuir para uma reflexão mais apurada e significativa.

Mas quando se trata de Teologia Pública e procurar apontar mediações não é uma tarefa fácil, uma vez que ela pretende ser abrangente e ao mesmo tempo carrega limitações quanto à formulação de seu discurso. As experiências em outros lugares demonstram a sua capacidade de interagir com a sociedade e fazer a diferença.

No Brasil, ela tem um caminho que procura sua inserção na universidade pública (principalmente com Inácio Neutzling) como mais uma forma de discutir os assuntos contemporâneos; como Teologia da Cidadania (Rudolf von Sinner) com os seus desdobramentos inerentes à questão.

Outros fatores precisam ser ponderados quanto a uma Teologia Pública brasileira. Um deles é a superação da confessionalidade – não que ela deixe de existir, o que seria impossível – mas que ela não seja empecilho para o diálogo e convergência, principalmente na sua forma mais inadequada que é o fundamentalismo. Superado isso, há a necessidade de preservar as matrizes teológicas, mas mediante uma linguagem contextualizada fazendo o caminho da desprivatização da fé.⁴⁰

A reflexão em torno da *cidadania* é de suma importância, mas ela procura olhar o *público* apenas pela perspectiva de fora. É por este fato que proponho uma *pastoral pública* porque esta pode ser um instrumento da igreja em ações integrais da igreja com a *coisa* pública, procurando participar da vida cidadina e seus dilemas como saúde, política e felicidade.⁴¹

Outra razão que merece, naturalmente, uma reflexão mais apurada, é que o cenário religioso brasileiro vive uma intensa ebulição de perspectivas e reformulações. A crescente onda de espiritualidade e misticismo com uma aversão à religiosidade institucional. Uma pastoral pública abarcaria tanto o lado *político* do agir da comunidade de fé quanto à revitalização de uma *espiritualidade* com engajamento social.

[Recebido em: abril 2012 e
aceito em: maio 2012]

⁴⁰ Cf. CASTRO, 2000, p. 16.

⁴¹ Cf. ROSA, Ronaldo Sathler. A nova cidadania – da tutela à imersão: uma hermenêutica antropológico-pastoral. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, ano XXI, n. 32, jan./jun. 2007, p. 88.